AS RAÍZES FILOSÓFICAS DA CRISE CONTEMPORÂNEA

Ao chegar a estas páginas do boletim, o leitor quase não precisa de uma explicação particular sobre o interesse, a absoluta necessidade de fundamentos filosóficos sólidos.

A filosofia não é apenas um departamento de estudos, secundários ou universitários; é também, e, para muitos homens, unicamente, essa concepção de mundo e das relações do homem com o mundo que subjaz a todas as atividades humanas, que, por conseguinte, as assenta na realidade ou, pelo contrário, as impulsiona para as nuvens.

É por isso que é impossível fazer a história da Crise sem começar pelos fundamentos filosóficos dessa crise, que se deve considerar tanto em seus princípios intelectuais quanto em seus desenvolvimentos históricos.

Este artigo, que traça um rápido panorama da questão, visa a apresentar o problema que será retomado frequentemente mais adiante, ao longo dos próximos números.

S.E.B.

Este boletim pretende ser uma continuação dos trabalhos empreendidos no início deste século pelo Padre Emmanuel Barbier; que nos seja permitido inscrever também esta seção na linha dos trabalhos efetuados, na mesma época, pelo Padre Julien Fontaine.

Seríamos, aliás, gratos aos nossos amigos se nos enviassem, ao longo de suas pesquisas, as obras do Padre Fontaine, das quais fornecemos alguns títulos, publicados naquele momento: "*Les infiltrations protestantes et le clergé français*" (Ed. V. Rétaux, 82, rue Bonaparte - PARIS (Ed. Téqui)); "*Les infiltrations kantiennes et protestantes et le clergé français*" (mesma editora); "*L'irréligion contemporaine et la défense catholique*" (Ed. Delhomme et Briguet); "*L'erreur capitale du clergé français et la liberté d'enseignement : réponse ao Padre Sarilhe*" (Ed. Savaéte).

É evidente que este apelo diz respeito também a obras ou artigos de outros autores, publicados na FRANÇA ou em outros lugares, ontem como hoje. Sabemos que há obras dedicadas às modificações introduzidas na pedagogia e nos programas escolares pelos Jesuítas, por ocasião da fundação de seus colégios, sob a influência do humanismo da Renascença e, de fato, do protestantismo liberal, assim como outras são dedicadas ao estudo do mesmo fenômeno de dessacralização nas artes sacras.

Nada, portanto, de limitativo aqui.

> "*Reprovamos novamente estas doutrinas que da verdadeira filosofia só têm o nome, e que, abalando a própria base do saber humano, conduzem logicamente ao ceticismo universal e à irreligião. É com profunda dor que tomamos conhecimento de que, nos últimos anos, alguns católicos acreditaram poder se colocar a reboque de uma filosofia que, sob o especioso pretexto de libertar a razão humana de toda ideia preconcebida e de toda ilusão, nega-lhe o direito de afirmar qualquer coisa além de suas próprias operações, sacrificando a um subjetivismo radical as certezas que a metafísica tradicional (1), consagrada pela autoridade dos mais vigorosos espíritos, dava como fundamentos necessários e inabaláveis à demonstração da existência de Deus, da espiritualidade e da imortalidade da alma, da realidade objetiva do mundo exterior. É profundamente lamentável que este ceticismo doutrinal, de importação estrangeira e de origem protestante, tenha podido ser acolhido, com tanto favor, num país justamente célebre pela clareza das ideias e pela do idioma.*"
>
> LEÃO XIII na Encíclica ao clero da FRANÇA - 8 de Setembro de 1899.

Se é para nós uma grande honra abrir esta Seção para a qual outros, além de nós, são fervorosamente convidados a contribuir com seus trabalhos, e cujo espírito emana do texto de Leão XIII, colocado em epígrafe, sentimos todo o peso dela, pois já não se trata de fixar, para si mesmo, um quadro de trabalho, mas de ampliá-lo a ponto de solicitar a colaboração de todos, a qualquer especialidade que pertençam e qualquer que seja a natureza de sua cultura, religiosa ou profana.

O escopo é imenso. Inclui todas as disciplinas e inclusive todas as atividades humanas, pelo fato de se tratar de denunciar o advento e a propagação, menos de uma filosofia no sentido próprio, do que de um modo de conhecer e pensar que altera a inteligência e o coração e que, imposto há mais de um século a toda a humanidade, conforme uma planificação planetária dos programas escolares (2), desvia a inteligência de sua ordem, uma vez que repudia os princípios primeiros, comuns ao ser e ao pensamento (3) e destrói nela o sentido do real e o sentido da finalidade (4).

Essa manobra se reveste de um duplo pretexto; sob a cobertura do universalismo da técnica e da ciência, ela dá prioridade ao quantitativo e implementa categorias conceituais e um método matemático concebidos como único meio de compreender o mundo de forma objetiva, e com o objetivo de libertar a razão humana de toda ideia preconcebida, de todo "*a priori*", como se diz hoje na Sorbonne, ela postula a razão humana como a razão absoluta, a fim de fazê-la rejeitar como irracional, portanto inexistente, tudo o que está além de suas operações.

Como se admirar que esse modo redutor de conhecer e pensar, assim inoculado em todas as inteligências, qualquer que seja o grau de sua potência especulativa, tenha gerado um *consensus omnium* hostil, por essência, ao pensamento "reto", que, pela pressão sem precedentes que exerce até mesmo no seio do clero, abala a Igreja e atenta contra a doutrina católica?

Não há outra origem para a crise que a comunidade de fé católica atravessa, nem para essa impotência do último Concílio do Vaticano em contê-la, já que, apesar da redução de seu objeto, por seu promotor o Papa João XXIII, ele teve de ratificar, sob o pretexto de não se separar do mundo, uma nova pedagogia da palavra e do gesto, na qual todo aluno do último ano do ensino médio é capaz de reconhecer o empréstimo de seus postulados a "essas doutrinas que da verdadeira filosofia só têm o nome", e das quais as pessoas da Igreja se valem diariamente para multiplicar, destinados a clérigos e leigos, artigos, cursos e tratados de Apologética que, tanto sob o aspecto filosófico e teológico, quanto sob o aspecto exegético, estão em contradição radical com a fé e o espírito católico (5).

Isso permite compreender que a crise que abala a Igreja não é outra coisa senão um conflito entre a fé e a razão. Por aí, revela-se a sua nulidade, pois tal conflito é insustentável porque racionalmente inconcebível: a verdade é uma, o absurdo não existe e não poderia existir. Conflitos de fato ocorreram ao longo da história, e aquele que nos atinge, apesar de sua intensidade, já que mobiliza, pela primeira vez, não apenas todos os membros da Igreja, mas até mesmo a humanidade inteira, não é o primeiro.

Assim, portanto, quaisquer que sejam os sofrimentos que engendram, nas mentes e nos corações, são, queiramos ou não, pseudoconflitos, apenas fenomênicos, poderíamos dizer, aparentes e ilusórios, que enganam apenas aqueles que os fundamentam e aqueles que, por fraqueza de espírito, a eles se prestam, pois o que a razão humana pode realmente opor à revelação e à fé que dela decorre não pode ser fundamentado. Não pode ser: "A verdade racional não contradiz a verdade da fé católica" (São Tomás). Fé e razão, de fato, vêm de Deus; não poderiam, portanto, opor-se, contradizer-se realmente.

Se o fenômeno ocorre, é porque a razão, e a razão sozinha, se desviou de sua ordem. Isso significa que só pode haver ali um sofisma mais ou menos habilmente disfarçado que é dever do pensador católico, no âmbito de sua especialidade, denunciar e resolver (6) — e se não conseguir resolvê-lo *hic et nunc*, é então que a fidelidade encontra o seu exercício, para além do "discursus".

Infelizmente, por sujeição ao modo de conhecer e pensar universitário, o qual participa de uma divinização da razão humana, logo, de uma opção, de uma "fé" contra a fé, numerosos leigos e clérigos não têm essa humildade de espírito. Mais ainda, conscientes do conflito entre a fé e a razão, que quebra a unidade da comunidade de fé, mas do qual se regozijam sob o pretexto falacioso de que é "uma prova da vitalidade da Igreja", não só não denunciam o sofisma como sofisma, mas se esforçam para reduzir a Fé ao denominador do modo de conhecer e pensar que elaborou o sofisma (7) — É um crime contra a inteligência humana; é uma blasfêmia contra Deus — enquanto é dever da Igreja preservar de toda escória tanto a fé quanto a razão, visto que elas nos são um dom de Deus.

Nós provavelmente não teríamos aceitado abrir esta seção se várias razões não tivessem militado nesse sentido:

Por um lado, sentimo-nos devedores para com este círculo de amizade que, no pós-guerra, constituiu-se ao sabor de correspondências, encontros e visitas recíprocas com, para citar apenas os falecidos, Henri Massis, Louis Jugnet, Henri Rambaud, o Padre Paul Grenet, Marcel Flichy.

Por outro lado, acompanhamos, com angústia, a ascensão dos perigos e denunciamos, onde quer que nos fosse permitido ser ouvidos, seu mecanismo e sua fatalidade; e isso o fizemos em perfeita comunhão de espírito e de coração com as alocuções, breves, bulas, encíclicas que, apenas desde o início deste século, se multiplicaram para nos exortar a rechaçar as doutrinas "modernistas" (8), como as chamou Pio X, e a nos formar "segundo o método, a doutrina e os princípios do Doutor Angélico".

É, aliás, o que prescreve o Código de Direito Canônico, sempre em vigor, que impõe um dever estrito aos mestres eclesiásticos (9) de estudar e ensinar a filosofia de São Tomás; essa filosofia é sempre a filosofia da Igreja, recordava Pio XII àqueles que a consideram "ultrapassada" e até "enterrada", para se dispensar de estudá-la ou para "corrigi-la" segundo os princípios de tal ou qual filosofia do dia.

Enfim, a última razão é que é um fato histórico que essas advertências solenes, essas injunções paternas não foram levadas suficientemente em consideração pelo conjunto do clero e dos fiéis, e até foram combatidos por numerosas revistas e mesmo nos Institutos católicos e em nossos grandes seminários. Em suma, o perigo que corria a inteligência e, por conseguinte, a própria cultura profana, e não apenas a ortodoxia, como sublinhava Leão XIII na Encíclica *Aeterni Patris*, não foi percebido. Daí, essa indiferença, essa incompreensão transformando-se em hostilidade em relação à restauração tomista, em benefício da adoção de "doutrinas que da verdadeira filosofia só têm o nome".

Esse deslizamento dos guardiões da fé e da razão, e, por conseguinte, dos fiéis, sob a hegemonia dessas doutrinas "de importação estrangeira e de origem protestante" (10), é certamente devido à pressão do racionalismo universitário, impresso em todas as mentes. Mas essa pressão, assim como esse racionalismo, não é de geração espontânea.

Esquece-se com demasiada frequência que a Reforma, já no século XVI, subtraiu metade da Europa Ocidental (os países escandinavo-germânicos e os países anglo-saxões, enquanto se lançavam ao assalto dos mares), não só à obediência do Papa, mas também à escolástica, fundada "segundo o método, a doutrina e os princípios do Doutor Angélico".

A Reforma não agiu apenas no domínio religioso e eclesiástico, mas também nos da moral e da política e, evidentemente, na ordem do pensamento científico e na do pensamento filosófico, a ponto de estar na origem da "sociedade de consumo", porque, de fato, tendo desviado a civilização cristã, no sentido católico, de sua finalidade ao esvaziá-la de seus princípios, ela gerou uma civilização fundamentalmente prometeica, na qual a humanidade corre o risco de perecer.

Os historiadores distinguem entre o que chamam de "protestantismo ortodoxo", promotor das Igrejas separadas, geralmente nacionais ou mais ou menos ligadas ao poder secular, e que se vincula a Lutero, Zuínglio, Calvino, e pertence a uma corrente mística cristã, e o "protestantismo liberal" que tem como pais Castélio, Erasmo, Socino, e participa, por sua vez, de uma corrente profana, "humanista", nesse sentido em que se apresenta como em continuidade com a cultura greco-latina anterior ao cristianismo, contudo desprovida do aristocratismo, como o havia feito a Renascença. É este protestantismo "liberal" que, por ser desprovido de todo misticismo, teria conseguido, no plano social e cultural, substituir o ideal medieval de um universo centrado em

Deus pelo de um universo centrado no homem.

Para expressar a especificidade de cada um desses movimentos reformistas, os historiadores costumam escrever que o protestantismo "ortodoxo" tem como princípio formal a autoridade do Espírito Santo nas e pelas Escrituras e, como princípio material, a justificação pela fé somente: é o fideísmo, enquanto o protestantismo "liberal" tem como princípio formal "o livre exame" — "o livre pensamento" — colocado acima de toda autoridade exterior à razão individual, inclusive a da Escritura e a de Deus: é o racionalismo, no sentido de naturalismo.

Ocorre que estes dois movimentos reformistas englobam, desde o início, um mesmo princípio, o princípio individualista, e isso porque têm um fundamento comum, a saber, este "neoagostinianismo" construído por reação contra o tomismo, a partir das teorias platônico-agostinianas refutadas por São Tomás (11).

O franciscano Duns Scotus é o seu primeiro principal artífice (12), quando, preocupado em elaborar uma teoria do conhecimento e uma filosofia do ser, capazes de suplantar nas memórias as de São Tomás, ele joga com uma sutileza inigualável com o análogo e o equívoco quando objeta, e com o análogo e o equívoco quando decide, e funda assim uma metafísica sobre a lógica racionalista, uma vez que considera que "nossas condições do conhecimento intelectual definem as condições da realidade". Sua univocidade vem daí.

Ele levanta novamente "o problema dos Universais" e provoca, para resolvê-lo, a opção nominalista, que implica o racionalismo e o empirismo, e vai gerar, aqui, um misticismo irracional e panteísta, com Mestre Eckhart, e ali, um racionalismo intempestivo, do qual Descartes será apenas um continuador. De modo que, quando Descartes afirma que não há real senão o que nossa compreensão concebe e tal como o concebe, e faz, assim, da razão individual "a medida de todas as coisas", ele retoma a ligação com Lutero, o qual não tinha da razão individual senão a medida dos dogmas católicos e das Escrituras. (13)

Qualquer que seja a natureza desses movimentos, eles nasceram do "neoagostinianismo" e conjugam, sob todas as formas, o princípio individualista, pois, por sua origem comum, eles postulam, mais ou menos explicitamente, a soberania absoluta da razão individual ou criam as condições para ela. Ora, afirmar a soberania absoluta da razão individual é colocar o homem em hostilidade em relação a Deus e em relação ao homem, e é assim criar as condições que provocarão a dissolução da antiga sociedade, uma vez que é repudiar os seus princípios diretores: aqui, o princípio diretor do número em multidão ordenada em vista do "bem comum" (o qual não é de modo algum o "interesse geral", que é uma noção própria do protestantismo "liberal" e, na verdade, vazia de sentido, pois há tantos "interesses gerais" quantos interesses particulares da mesma natureza — daí sua fraca oposição) — é a realeza; e, ali, o princípio diretor do número em comunidade de fé em vista da "salvação individual" — e é o papado. Já o luteranismo havia destruído a antiga ordem social, religiosa, moral, econômica e política nos países onde se implantara; agora, o cartesianismo, com seus três pilares: o idealismo, o materialismo e o algebrismo, universaliza essa destruição: é "a revolução permanente", é a história contemporânea.

H.P (8 set. 1977).

(1) A de Aristóteles e de São Tomás.

(2) É impressionante constatar que os programas escolares, seja no ensino de matemática e ciências (o que é óbvio), mas também no ensino de filosofia, que trata apenas do cartesianismo e das doutrinas idealistas ou materialistas que ele engendra, são idênticos em Moscou, Paris, Londres, Nova Deli, Nairóbi ou Washington etc., e que as instituições católicas de ensino, quando autorizadas, são obrigadas a professar os mesmos programas que nos estabelecimentos estatais, a mesma filosofia e seu princípio redutor de conhecer e pensar, de modo que todas as inteligências são conduzidas logicamente a aceitar as teorias e doutrinas que deles procedem.

(3) Seja apenas o princípio de identidade ou de contradição e o princípio de causalidade ou de finalidade: o primeiro sendo negado em favor da "negação da negação", em suma, da dialética hegeliana ou marxista; o segundo em favor de uma causalidade que não designa mais do que uma "rede de relações" cujos suportes perdem toda consistência, já que o objeto, "esvaziado de toda massa sólida e substancial", é concebido apenas como um "nó de fenômenos", por um lado, e, por outro, de uma lógica de tipo "relacional" que não versa mais sobre seres (ontologia), mas sobre relações, sem sujeito nem matéria, em suma, expressando apenas relações e funções. Assim, não se afirma da inteligibilidade do real senão a inteligibilidade matemática — o que é reduzir a inteligibilidade universal do real a uma de nossas construções matemáticas, e, de fato, erigir a matemática em metafísica: "Tudo o que não pode ser equacionado, tudo o que resiste à medida e não se deixa escoar nas fórmulas matemáticas é nulo, ou mesmo simplesmente inexistente".

(4) É não só proibir a metafísica, mas também fundar na inteligência as condições da alienação mental — esta não sendo outra coisa senão o abandono, a perda da noção do real e da noção de causalidade que a ela se refere.

(5) São verdadeiros lixões! Encontra-se ali, misturados, Kant, Hegel, Nietzsche, Marx, Freud, Lévi-Bruhl, Heidegger, Piaget, Kierkegaard, Teilhard de Chardin, Bachelard, etc. Tudo regado com algumas gotas de tomismo, sem dúvida para parecer "católico".

(6) "Já que a fé se apoia na Verdade infalível, e não se pode demonstrar que o verdadeiro seja contrário ao verdadeiro, é evidente que os argumentos que são levantados contra a fé não constituem verdadeiras demonstrações, mas apenas sofismas a serem resolvidos" (São Tomás na S. Teol. 1a, q;1; art.8).

(7) Ver apêndice N°1

(8) Cuidado com um equívoco a respeito de "modernismo, modernista". Quando Pio X utiliza esses termos, ele apenas se refere à história. A partir do início do século XIV, para rechaçar o tomismo, os defensores do agostinianismo não se limitaram ao agostinianismo ortodoxo. Para elaborar seu "neoagostinianismo", eles utilizaram apenas as teorias platônico-agostinianas recusadas e rejeitadas pelo tomismo, e declaravam abrir e fundar assim uma "*via moderna*", uma "*philosophia modernorum*", a qual gerou em breve o protestantismo ortodoxo e o protestantismo "liberal", cuja fusão, ao sabor do cartesianismo, fundará a filosofia protestante: Kant, Fichte, Hegel, Marx, etc. — essa mesma que se impõe em todos os programas escolares.

(9) O Juramento Antimodernista, imposto por São Pio X e suprimido por Paulo VI, estendia esse direito a todos os pensadores e mestres católicos.

(10) Repitamo-lo, a consequência dessa sujeição é gerar nas inteligências a recusa da lógica, no sentido reto aqui, em nome do novo espírito científico, em favor da logística, a qual, como escreve Maritain (Pequena Lógica - Ed. Téqui), "propõe-se dispensar o pensar, evitar as operações racionais, e propriamente lógicas, e suprimir toda dificuldade pelo raciocínio por álgebra", o qual seria inato, segundo Descartes, visto que não há, para ele, inteligibilidade do real senão a inteligibilidade matemática; e, ali, em nome do novo espírito filosófico, em favor da dialética (hegeliana ou marxista), a qual, por sua vez, "propõe-se dispensar o pensar", pois se funda no postulado de que a mudança, a evolução é um fato primeiro, de modo que, por um lado, a verdadeira essência das coisas é sua própria mudança, sua agitação contínua e perpétua de um contrário para outro, o que exige, por outro lado, que a razão, sob pena de hipostasiar o ser e o nada, a qualidade e a quantidade, a causa e o fim, "como faz a lógica do senso comum (Aristóteles e São Tomás), que distingue, separa e, em definitivo, imobiliza tudo; deve ser "como a existência, dialética": "O pensamento não pode compreender a existência dialética senão na medida em que ele é igualmente dialético" — deve tornar-se "dialético" para ser o reflexo desse fluxo perpétuo onde se identificam o verdadeiro e o falso, o ser e o nada". Tal é o racionalismo de lógica bicéfala que hoje se imprime em todas as mentes. Não nos admiremos; visto que ele "propõe-se dispensar o pensar", do confusionismo universal no qual estamos imersos.

(11) Ver apêndice II

(12) Ver apêndice III

(13) Quer se trate de Lutero, o qual — antes mesmo do caso das Indulgências — repudia toda autoridade em todas as matérias, mas mais singularmente em matérias religiosas, e reclama julgar os dogmas e a Tradição da Igreja, segundo sua única razão, ou quer se trate de Descartes, o qual declara "não querer receber coisa alguma como verdadeira que ele não reconheça, por si mesmo, ser tal", o racionalismo é acionado e, em si mesmo, o fideísmo e o racionalismo, um e outro defendendo uma única existência, a do espírito puro, a do "eu".

Revision #4
Created 20 July 2025 21:23:44 by Admin
Updated 8 November 2026 20:00:49 by Admin